



PARTE I.

Enquadramento



1. Introdução
 2. Finalidade e Objetivos
 3. Tipificação dos Riscos
 4. Critérios para Ativação
-

Ficha Técnica do Documento

Título:	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Município de Lousada – Parte I
Descrição:	A Parte I faz uma apresentação geral do documento, estabelecendo nomeadamente: o diretor do plano e seus substitutos; a finalidade do plano e os objetivos específicos a que pretende responder; a tipificação dos riscos que incidem na respetiva área territorial e os mecanismos e circunstâncias fundamentadoras para a ativação/ desativação do plano.
Data de produção:	26 de abril de 2018
Data da última atualização:	7 de dezembro de 2018
Versão:	Versão 03
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, C.I.P.O.T., Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geógrafo (Desenvolvimento e Ambiente)
Equipa técnica:	Andreia Mota Geógrafa (Desenvolvimento e Ambiente) Célia Mendes Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território) Teresa Costa Geógrafa (Planeamento e Gestão do Território)
Consultores:	Rodrigo Silva Técnico de Proteção Civil
Equipa do Município:	Porfírio Machado Serviço Municipal de Proteção
Código de documento:	036
Estado do documento:	Em elaboração
Código do Projeto:	051130505
Nome do ficheiro digital:	01_PME_Lousada_Parte_I_V03

ÍNDICE

Índice	3
Índice de Figuras	4
Índice de Quadros	4
Índice de Mapas	4
1 Introdução	5
2 Finalidade e objetivos	10
3 Tipificação dos riscos	11
4 Critérios para a ativação	13
4.1 Competências para Ativação do Plano	13
4.2 Critérios para Ativação do Plano	16
4.2.1 Critérios Gerais	16
4.2.2 Critérios Específicos	16

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Processo de ativação e desativação do PMEPCl	15
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Enquadramento legal do PMEPCl	7
Quadro 2: Riscos naturais, mistos e tecnológicos do concelho de Lousada	11
Quadro 3: Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade)	12

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Enquadramento administrativo do concelho de Lousada	7
---	---

1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lousada, adiante designado por PMEPCl é um documento formal no qual a autoridade municipal de proteção civil define as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil. A recuperação a curto prazo das áreas afetadas constitui outro dos seus objetivos, de forma a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as pessoas, bens e o ambiente.

O PMEPCl é um plano de âmbito geral elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o concelho de Lousada. O Diretor do PMEPCl é o Presidente da Câmara Municipal de Lousada a quem compete, no exercício das suas funções como responsável municipal da política de proteção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil, de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso (n.º 1 do artigo 35.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto). Em caso de ausência ou impedimento, o Presidente da Câmara Municipal de Lousada será substituído pelo Vereador com competência delegada.

O presente plano encontra-se estruturado em conformidade com o definido na Resolução n.º 30/2015, 7 de maio de 2015, apresentando a seguinte estrutura:

PARTE I. ENQUADRAMENTO

- Apresentação geral do plano;
- Finalidade do plano e os objetivos a serem respondidos;
- Designação do diretor do plano e seus substitutos;
- A tipificação dos riscos que incidem no concelho de Lousada;
- Mecanismos inerentes à ativação/desativação do plano.

PARTE II. EXECUÇÃO

- A organização geral das operações de proteção civil a efetuar;
- Definição das responsabilidades dos serviços e agentes da proteção civil e dos organismos e entidades de apoio;
- Estrutura dos meios operacionais a empregar nas operações;

- Identificação e descrição das infraestruturas para as operações de proteção civil;
- Definição de mecanismos adequados de notificação à autoridade de proteção civil;
- Definição de medidas e ações a desencadear no decorrer das operações.

PARTE III. INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

- Identificação dos principais recursos (públicos e privados) existentes;
- Identificação dos contactos das entidades intervenientes no plano e nas operações de proteção civil;
- Modelos de relatórios, requisições e comunicados utilizados nas operações de proteção civil.

ANEXOS

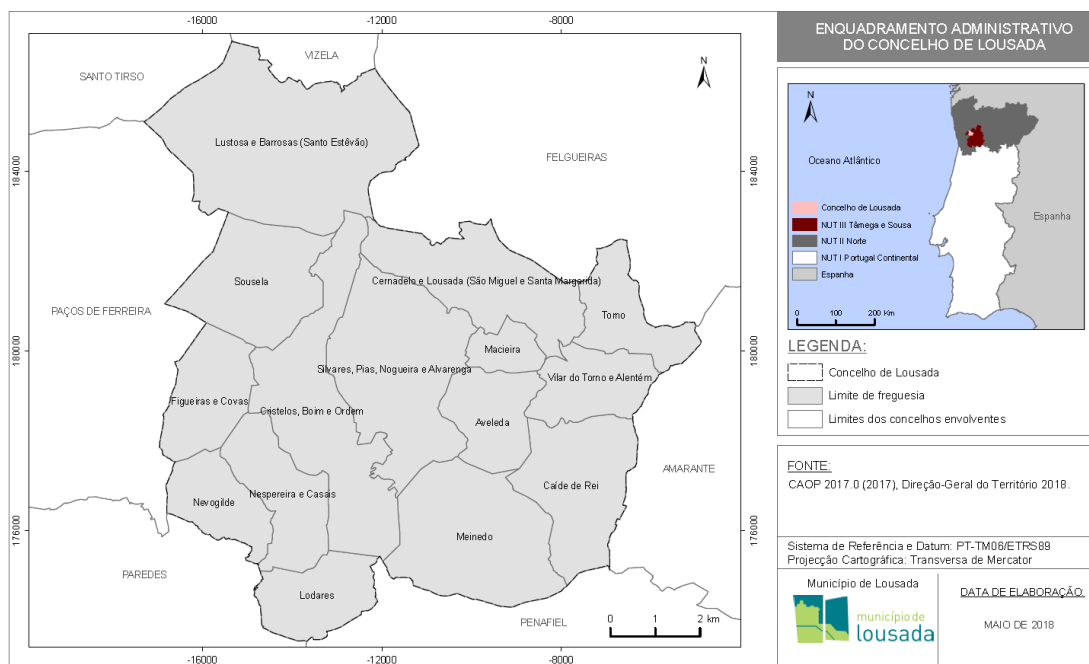
- Anexo I. Cartografia de suporte às operações de emergência de proteção civil;
- Anexo II. Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano.

O PMEPCCL é um plano de âmbito municipal, aplicável a todo o território do concelho de Lousada. Com uma extensão territorial de 96,1 km² e com uma população residente composta por cerca de 47.217 indivíduos (INE, 2011), o concelho de Lousada insere-se para efeitos estatísticos na NUT (Nomenclatura das Unidades Territoriais) I Portugal Continental, NUT II Região Norte e NUT III Tâmega, sendo um dos 18 municípios que compõem o distrito do Porto.

De acordo com a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que estabelece a reorganização administrativa do território das freguesias, o concelho de Lousada é composto por um total de 15 freguesias, designadamente: Aveleda; Caíde de Rei; Lodares; Macieira; Meinedo; Nevogilde; Sousela; Torno; União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; União das freguesias de Figueiras e Covas; União das freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estêvão); União das freguesias de Nespereira e Casais; União das freguesias de Silhares, Pias, Nogueira e Alvarenga; Vilar do Torno e Alentém.

O concelho de Lousada confronta a norte com o concelho de Vizela, a nordeste com Felgueiras, a este com Amarante, a sul com Penafiel, a sudoeste com Paredes e a oeste com Santo Tirso e Paços de Ferreira (Mapa 1).

Mapa 1: Enquadramento administrativo do concelho de Lousada



Através da elaboração do PMEPCl pretende-se antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para a preparação e o aumento da capacidade de resposta às emergências.

Nos termos do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º65/2007, de 12 de novembro, o presidente da Câmara Municipal de Lousada é a autoridade municipal de proteção civil, e por sua vez o diretor do PMEPCl. Em caso de ausência ou impedimento este será substituído pelo vereador com a competência delegada.

Para além da Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio, a elaboração do PMEPCl teve em consideração a legislação em vigor no âmbito da proteção civil, em particular, os seguintes diplomas legais:

Quadro 1: Enquadramento legal do PMEPCl

Diploma	Descrição
Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de março	Procede à revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO), que aplica-se a todos os Agentes de Proteção Civil (APC), Entidades com especial dever de cooperação e qualquer outra entidade desde que empenhadas em operações de proteção e socorro.

Diploma	Descrição
Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio	<p>Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.</p> <p>Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de proteção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios. Esta resolução clarifica ainda o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas, por um período não inferior a 30 dias.</p>
Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro	<p>Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal. Relativamente aos planos municipais de emergência, a referida lei determina que os mesmos devem ser elaborados de acordo com as diretivas emanadas da Comissão Nacional de Proteção Civil.</p>
Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho (com as alterações pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio)	<p><u>Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho</u></p> <p>Regulamenta o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro.</p> <p>O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), conforme definido em diploma próprio, é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional. O referido diploma estabelece ainda o sistema de gestão de operações, que define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.</p> <p><u>Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro</u></p> <p>Procede à transferência das competências dos governos civis, no âmbito da competência legislativa do Governo, para outras entidades da Administração Pública, estabelece as regras e os procedimentos relativos à liquidação do património dos governos civis e à definição do regime legal aplicável aos seus funcionários, até à sua extinção.</p> <p><u>Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio</u></p> <p>Altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, que cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e procede à respetiva republicação.</p>
Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto)	<p><u>Lei n.º 27/2006, de 3 de julho</u></p> <p>Aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.</p> <p>Relativamente à atividade da proteção civil de âmbito municipal, delibera sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de proteção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Proteção Civil.</p> <p><u>Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro</u></p> <p>Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.</p> <p><u>Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto</u></p> <p>Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.</p>

Dando cumprimento ao disposto no artigo n.º4 da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, e para efeitos de harmonização, o PMEPC articula-se com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) do Porto e com os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) dos municípios vizinhos (PMEPC de Vizela; PMEPC de Felgueiras; PMEPC de Amarante; PMEPC de Penafiel; PMEPC de Paredes; PMEPC de Santo Tirso; PMEPC de Paços de Ferreira), os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

De acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, a elaboração do PMEPC incluiu uma fase de consulta pública das suas componentes não reservadas por um prazo não inferior a 30 dias, promovida pela Câmara Municipal de Lousada e que decorreu entre os dias XX de XXXXXXXXXX de 2018 e XX de XXXXXXXXXX de 2018. O PMEPC recebeu parecer favorável da CMPC de Lousada em reunião realizada em XX de XXXXXXXXXX de 2018.

Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, o PMEPC deve ser revisto no prazo máximo de cinco anos após a sua entrada em vigor. Este prazo poderá ser inferior, caso a Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) entenda ser justificada a introdução de medidas corretivas para aumentar a funcionalidade do PMEPC (n.º2 do artigo 9.º da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio).

Na sua revisão devem ser considerados os ensinamentos adquiridos aquando da realização de exercícios ou de anteriores ativações dos planos, bem como as informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de carácter técnico ou científico, designadamente quanto à perceção de novos riscos ou à identificação de novas vulnerabilidades na respetiva área territorial.

Por último, importa referir que o PMEPC entra em vigor a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação no Diário da República e da respetiva deliberação de aprovação pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC).

2 FINALIDADE E OBJETIVOS

O PMEPCL é um documento formal no qual se encontram definidas as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil.

Neste sentido, os principais objetivos a que se destina o PMEPCL são:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

3 TIPIFICAÇÃO DOS RISCOS

O PMEPCl foi elaborado para enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem ser possíveis de ocorrer no concelho de Lousada. Neste contexto, foram identificados todos os riscos que apresentam a maior probabilidade de ocorrerem no concelho de Lousada, os quais podem ser agrupados em três categorias distintas: riscos naturais, mistos e tecnológicos.

Quadro 2: Riscos naturais, mistos e tecnológicos do concelho de Lousada

Tipologia	Riscos
Naturais	<ul style="list-style-type: none">• Movimentos de massa• Cheias e inundações;• Ondas de calor;• Vagas de frio.
Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none">• Acidentes rodoviários;• Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos;• Incêndios urbanos;• Acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas;• Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas;• Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas.
Mistos	<ul style="list-style-type: none">• Erosão hídrica dos solos;• Incêndios florestais.

No quadro que se segue, encontram-se identificados os riscos naturais, mistos e tecnológicos do concelho de Lousada de acordo com o seu grau de gravidade, probabilidade e risco:

Quadro 3: Hierarquização do grau de risco (gravidade vs probabilidade)

		Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Probabilidade	Elevada		Erosão hídrica dos solos.	Movimentos de massa; Cheias e inundações.		Incêndios florestais; Acidentes rodoviários; Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.
	Médio-alta				Ondas de calor; Vagas de frio.	Incêndios urbanos; Acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas.
	Média				Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas.	Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos.
	Médio-baixa					
	Baixa					

4 CRITÉRIOS PARA A ATIVAÇÃO

O PMEPCCL deverá ser ativado quando se verifique a necessidade de adoção de medidas extraordinárias de prevenção ou de medidas especiais de reação para fazer face há ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou catástrofe, em que os seus potenciais efeitos apresentam uma dimensão e gravidade tal que requerem a ativação de meios públicos e privados adicionais.

Desta forma, com a ativação do PMEPCCL pretende-se assegurar a colaboração de várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afetos ao plano. Pretende-se ainda garantir uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos antecipadamente definidos, conseguindo dessa forma a criação de condições favoráveis à mobilização rápida, eficiente e coordenada de todos os meios e recursos disponíveis no município de Lousada.

4.1 COMPETÊNCIAS PARA ATIVAÇÃO DO PLANO

Compete à CMPC de Lousada a ativação do PMEPCCL, que por razões de celeridade do processo, em situação de acidente grave ou catástrofe poderá deliberar a ativação do plano com uma composição reduzida, sempre presidida pelo Diretor do Plano (Presidente da Câmara Municipal de Lousada) ou pelo seu substituto legal.

A composição reduzida da CMPC de Lousada deve contar no mínimo com a presença dos seguintes elementos:

- Presidente da Câmara Municipal ou seu substituto legal, que preside;
- Um elemento do comando do Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada;
- Um elemento do Comando da GNR – Posto Territorial de Lousada;
- Os elementos adequados à natureza do acidente.

A deliberação pode ser ratificada posteriormente, assim que tal for possível, pelo plenário.

Após a CMPC de Lousada deliberar a ativação do PMEPCCL é necessário proceder à sua publicitação, recorrendo, para tal aos seguintes meios:

1. Estações de rádio locais:

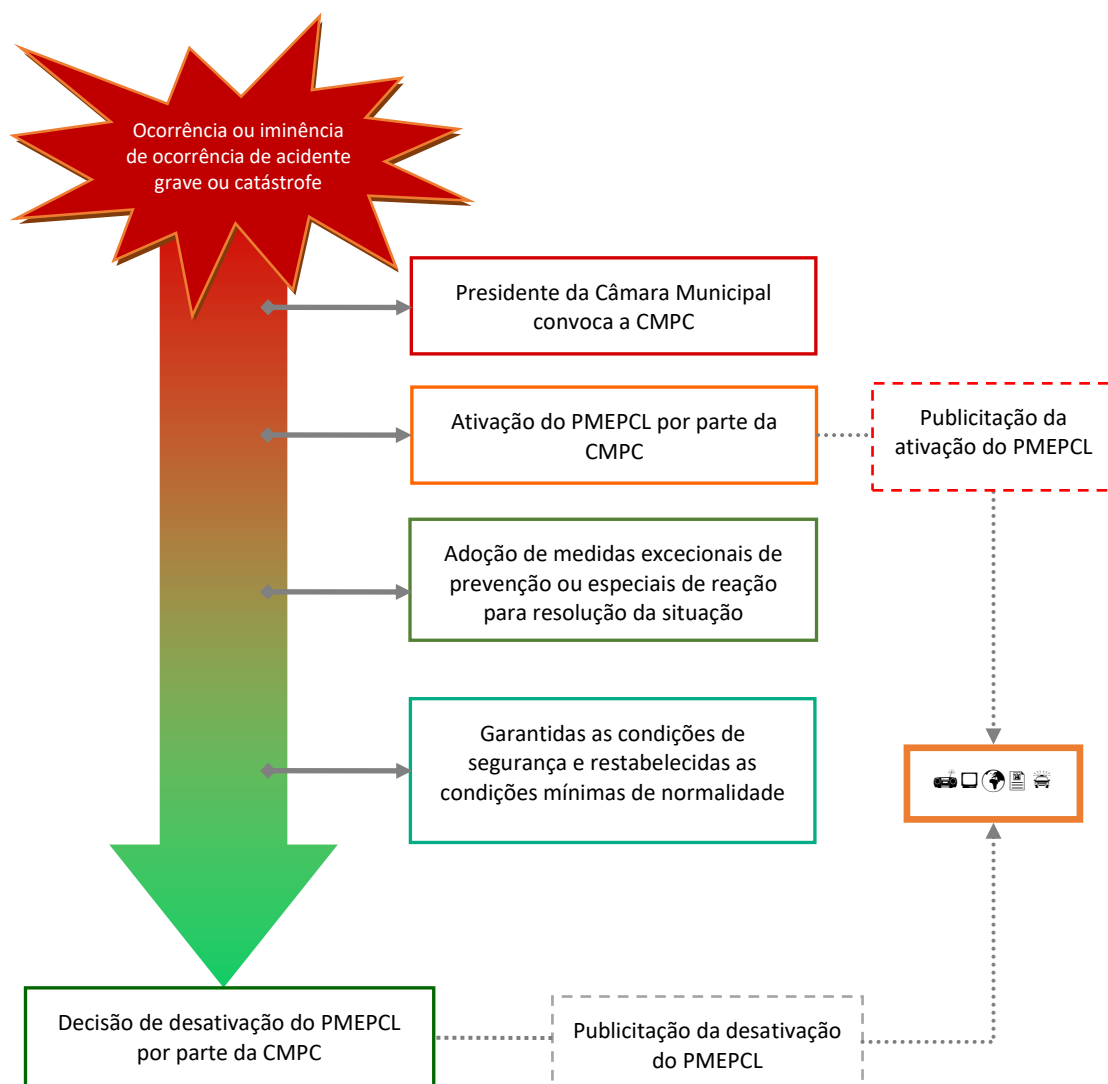
- a. Rádio Lousada (radiolousada.no.comunidade.net);
- b. Rádio Vizela (97.2);
- c. Rádio Felgueiras (92.2);
- d. Emissora Regional Amarante FM (92.7);
- e. Rádio Clube de Amarante (89.2);
- f. Rádio Clube de Penafiel (91.8);
- g. Rádio Jornal FM (103.6);
- h. Rádio Clube Paços de Ferreira (101.8);
- i. Nova Rádio Voz de Santo Tirso (98.4).

2. Altifalantes dos veículos da GNR – Posto Territorial de Lousada e do Corpo de Bombeiros Voluntários de Lousada;**3. Equipamento sonoro com gravações pré-concebidas;****4. Sítio da Internet Câmara Municipal de Lousada (www.cm-lousada.pt);****5. Elementos de entidades públicas e/ou privadas locais.**

Importa ainda referir que a ativação/desativação do PMEPCl deverá ser sempre realizada aos municípios vizinhos e à ANPC/CDOS do Porto.

De uma forma esquemática, o processo de ativação e desativação do PMEPCl desenvolve-se de acordo com o representado na figura seguinte:

Figura 1: Processo de ativação e desativação do PMEPC



A desativação do PMEPC, apenas deverá ser declarada quando estiver garantida a segurança da população, bem como as condições mínimas de normalidade das áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe. Esta desativação é feita pela CMPC de Lousada, comunicando este procedimento aos mesmos destinatários e utilizando os mesmos meios que foram utilizados para declaração da sua ativação.

4.2 CRITÉRIOS PARA ATIVAÇÃO DO PLANO

O PMEPCl deverá ser ativado perante a iminência ou ocorrência de uma situação grave ou catástrofe, onde se prevejam danos elevados para as populações, bens e ambiente, que justifiquem a adoção de medidas preventivas ou especiais de reação.

Tendo em conta a complexidade e transversalidade dos riscos considerados no PMEPCl, a definição de parâmetros universalmente aceites torna-se difícil, contudo, existem alguns critérios que devem ser considerados e que permitem basear-se para a ativação do plano, nomeadamente:

4.2.1 CRITÉRIOS GERAIS

- Declaração da situação de alerta para a totalidade ou parte da área do concelho de Lousada;
- Mais de 30% da área territorial coberta pelo PMEPCl afetada pelo acidente grave ou catástrofe;
- Efeitos significativos na população provocando mais de 10 mortos, 25 feridos e 30 desaparecidos ou desalojados;
- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos nos serviços e infraestruturas, com a suspensão do fornecimento de água, energias ou telecomunicações durante mais de 48 horas;
- Danos no ambiente (descargas de matérias perigosas em aquíferos ou no solo, destruição de zonas florestais, libertação de matérias perigosas para a atmosfera, etc.).

4.2.2 CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

- Ocorrência de um evento sísmico com magnitude igual ou superior a 6.5 na escala de Richter;
- Acidente rodoviário que justifique a adoção imediata de medidas excecionais de prevenção, planeamento e informação que não estejam expressas na atividade normal dos agentes de proteção civil;

- Acidente ferroviário significativo com implicações na regularidade e segurança da circulação e da qual resultam vítimas e/ou danos materiais nas instalações e material ferroviário, nas mercadorias transportadas ou em bens pertencentes a terceiros.
- Incêndio rural não dominado que atinja o período de duração de 24 (vinte e quatro) horas, ou se preveja que tal possa acontecer e sempre que o número de ocorrências no município assim o aconselhar (DON n.º 2 – DECIR 2018¹);
- Onda de calor com uma duração superior a 8 dias consecutivos e com uma temperatura máxima superior a 35°C;
- Vaga de frio com uma duração superior a 8 dias consecutivos e com uma temperatura mínima inferior a -2°C;
- Ocorrência de cheias e inundações que poderá atingir de forma decisiva a eficácia do funcionamento da estrutura municipal de proteção civil;
- Surto epidemiológico grave, do qual resultem vítimas mortais e se preveja um alto nível de contágio.

Esta tipificação de critérios não impede que o PMEPCCL possa ser ativado em outras circunstâncias, atenta a ocorrência ou iminência de acidente grave ou catástrofe, podendo o plano ser ativado sempre que a CMPC de Lousada o considere necessário para a prossecução das operações de socorro.

Salienta-se ainda que, dependendo da gravidade ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no PMEPCCL podem, de imediato ser postos em prática por decisão do diretor do plano (Presidente da Câmara Municipal de Lousada).

Como já referido anteriormente, o PMEPCCL apenas deverá ser desativado quando estiver garantida a segurança da população, bem como as condições mínimas de normalidade das áreas afetadas pelo acidente grave ou catástrofe. Esta desativação é feita pela CMPC de Lousada, comunicando este procedimento aos mesmos destinatários e utilizando os mesmos meios que foram utilizados para declaração da sua ativação.

¹ Diretiva Operacional Nacional n.º 2 – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR) 2018.